

Arlindo Cunha defende pesca portuguesa



Em pergunta dirigida ao Comissário Europeu responsável pelas Pescas, Franz Fischler, o Deputado Arlindo Cunha, tendo em atenção que o actual acordo de pesca entre a União Europeia e a Gronelândia terminará no final do corrente ano, pretende que a Comissão informe “**se vai propor o acesso da frota portuguesa às águas da Gronelândia, o que pressupõe uma revisão da repartição de quotas entre Estados Membros, tendo em conta os direitos históricos de Portugal nessas águas, e a aplicação prática do princípio de flexibilidade**”.

Arlindo Cunha quer saber ainda “**se o Governo português apresentou algum pedido formal para ter acesso a uma quota de pescado no âmbito deste acordo**”.

O Deputado social democrata recorda que “**apesar de pescar bacalhau e ‘red-fish’ nos mares da Gronelândia desde os anos 30, Portugal ficou excluído de pescar nessas águas após a sua adesão à União Europeia em 1986, em virtude de a UE já ter celebrado um acordo de pesca no ano anterior com aquele país e os seus termos não terem sido alterados**

para integrar as pretensões portuguesas”

“**É no quadro desse acordo que são atribuídas 130.000 toneladas de pescado à UE, por cujo acesso o orçamento comunitário paga cerca de 8 milhões de contos por ano. Sucede, porém, acrescenta Arlindo Cunha, que daquele total, 112.000 toneladas são atribuídas a um Estado Membro, a Alemanha, que não tem capacidade para as utilizar. Em consequência, a taxa média de utilização do acordo de pesca da UE com a Gronelândia foi de 12%, apesar do elevadíssimo custo que comporta para os cofres comunitários**”.

Para Arlindo Cunha, “**uma tal situação deverá, pois, ser confrontada com a injusta situação em que se encontra Portugal e com as conclusões do Conselho Pescas de 30 de Outubro de 1997, que prevê medidas de flexibilidade na aplicação dos acordos de pesca e, designadamente, a possibilidade de transferência temporária de quotas não utilizadas por um Estado Membro para outro com capacidade efectiva de as aproveitar**”.

Arlindo Cunha quer saber também “**quando pensa a Comissão levar a proposta a discussão no Conselho de Ministros**”.

Carlos Coelho sobre o combate à droga

Carlos Coelho defendeu, em Estrasburgo, que “**o alargamento da União Europeia a novos países irá trazer para o nosso seio, Estados com culturas políticas muito diversas e, em muitos casos, com instituições e estruturas jovens e pouco consolidadas. Também para esses Estados e para quantos de entre eles se batem para pôr fim a este flagelo – que é o problema da Droga – se torna imprescindível a acção do OEDT (Observatório Europeu da Droga e da Toxicoddependência, sediado em Lisboa)**”.

Carlos Coelho, que participou no debate, no Plenário do Parlamento Europeu, sobre a assistência aos países candidatos, recordou que “**A estratégia de pré-adesão à UE inclui a possibilidade dos países candidatos passarem a ser membros de certas Agências, tal como é o caso do O.E.D.T., ainda antes de serem membros efectivos da UE**”.

Para Carlos Coelho, “**sem qualquer dúvida, a Droga é um mal que tem que ser combatido, quer através da**

repressão do seu tráfico, quer em favor dum esforço eficaz de prevenção, de tratamento e de reinserção.

Conforme é salientado pelo relatório que fez a avaliação do O.E.D.T. (publicado em Janeiro de 2000), o Observatório deu uma enorme contribuição no que diz respeito à Política Europeia sobre as Drogas, tendo em conta que veio preencher as lacunas que nela existiam ao nível de informação e conhecimento.”

O Deputado social democrata referiu que “**a simples existência desta agência ajudou a que os assuntos relacionados com o problema das drogas permanecessem na agenda política e deu à União Europeia e aos seus Estados Membros uma maior visibilidade e credibilidade no debate internacional sobre droga.**

O trabalho desenvolvido no âmbito das drogas sintéticas distinguiu-se pela sua eficácia e

Continua na pág.3

"A paz tem de continuar a ser o grande desígnio"

O Deputado **Carlos Costa Neves** defendeu em Estrasburgo, que **"a paz tem de continuar a ser o grande desígnio da construção europeia, mas esta não nasce do nada"**.

Para Costa Neves, que usou da palavra no Plenário do Parlamento Europeu, sobre Política de Segurança e Defesa, **"é, assim, essencial: dispor de instrumentos eficazes para gerir as crises por meios não militares; desenvolver e compatibilizar a capacidade militar dos Estados Membros; mobilizar os meios financeiros adequados nos orçamentos da União Europeia e dos Estados Membros; estabelecer estruturas eficazes de decisão"**.

Costa Neves defende que **"para que o processo de construção europeia mantenha vitalidade, e esta é condição de sobrevivência, cada ponto de chegada tem de representar novo ponto de partida. Realizada a União Económica e Monetária — o Euro é o ponto de chegada deste desígnio — quatro grandes objectivos se perfilam, sem que tenhamos cinquenta anos para os realizar: a criação de um espaço de liberdade, segurança e justiça, já aquém do calendário; o alargamento; o estabelecimento de uma política europeia comum em matéria de segurança e defesa; a reforma das instituições"**.

"É preciso que os Estados Membros, acrescenta Costa Neves, encarem cada uma destas questões numa perspectiva europeia."

Por muito que o nosso desejo fosse outro, a queda do muro de Berlim não secundarizou as questões de segurança e de defesa da Europa.



Aí está a complexa situação nos Balcãs para o recordar todos os dias, a lição do Kosovo a apontar como não pode ser, os desafios da bacia do Mediterrâneo para nos despertar.

Depois de décadas de bipolaridade, importa que a unipolaridade actual seja transitória, no percurso para o mundo multipolar, no que o contributo da União Europeia é decisivo".

Para Costa Neves **"as opções parecem claras. O objectivo é exigente, ambicioso. A sua realização determinante. Há reformas a fazer, importantes meios financeiros e materiais a identificar, a compatibilizar e a mobilizar, o forte empenho dos Estados Membros é essencial."**

Os desafios dos tempos que passam não se compadecem com novos adiamentos, não permitem mais hesitações. O Conselho Europeu da Feira deve ser, mais do que um momento de reafirmação de vontade, o momento de viragem marcado, desde logo, pela identificação dos meios financeiros necessários e pela inclusão, na agenda da Conferência Intergovernamental, dos aspectos institucionais da Política Comum de Defesa e Segurança".

O Combate à Droga

Continuação da pág.2

oportunidade. Hoje o consumo de estupefacientes não se limita claramente aos velhos produtos mas assistimos com preocupação à emergência de novos mercados de produtos sintéticos de produção mais fácil e mais barata gerando maiores lucros para quem se alimenta deste tráfico e mais consequências negativas para a saúde de quem os consome.

O mesmo Relatório apontou porém problemas de funcionamento e atrasos na constituição de algumas das estruturas essenciais para a actividade do Observatório. Compreende-se assim em nome da eficácia deste instrumento que se defenda a sua valorização e aperfeiçoamento em vez de colaborar na dispersão de actividades que possam trair os seus objectivos fundamentais".



Pode ver a Carta da Europa na Net no site do PPE

Cimeira do PPE debate Áustria, CIG e Alargamento

O Presidente do PPE, Wilfried Martens, declarou no final da Cimeira do PPE que se realizou na cidade do Porto, que **“o método utilizado pelo PPE para fazer face à questão austríaca poderia servir de modelo para o Conselho Europeu; foi possível a reintegração do partido austríaco na base de um relatório detalhado sobre a situação na Áustria e foi decidida a criação de um comité que irá vigiar o respeito dos direitos humanos e os fenómenos de racismo e de xenofobia na União Europeia”**. Wilfried Martens congratulou-se ainda com a presença do Chanceler Wolfgang Schussel na Cimeira do PPE.

A Cimeira do PPE debateu a agenda do Conselho Europeu, particularmente a Conferência Intergovernamental e as perspectivas de alargamento da UE.

“Os dirigentes do PPE pensam que é essencial que a CIG resolva com sucesso e de forma completa os problemas levantados pela reforma da Comissão, a extensão do voto por maioria qualificada no Conselho de Ministros e a extensão paralela da co-decisão com o Parlamento Europeu, bem como a ponderação de votos no Conselho”, sublinhou Wilfried Martens para quem **“o sucesso da CIG constitui uma condição para o alargamento da União”**.

No que respeita ao alargamento, Wilfried Martens defendeu que **“a União Europeia deverá estar apta a receber novos Estados Membros a partir de 2003 e que as datas de adesão devem depender do grau de preparação dos países candidatos”**.

Os dirigentes do PPE chegaram ainda a cordo sobre **“uma iniciativa tendente a criar um estatuto para os partidos políticos europeus”**.



Muito “Prestígio”, Fracos Resultados

(José Pacheco Pereira in “Público” 8.Jun)

“...Tenho uma opinião muito crítica do balanço da presidência portuguesa e sou pouco impressionável pelos salamaleques entre os grandes, que passam em Portugal por “prestígio”.

A verdade é que em três questões decisivas para a presidência, o primeiro-ministro e o Governo não tiveram qualquer actuação que mereça aplauso, no que aliás estiveram bem acompanhados pelos seus colegas europeus. Talvez assim se perceba melhor por que razão se elogiam tanto uns aos outros para esconder o vazio que cobre hoje muita da política europeia. As questões de poder, essas os franceses

não abriram mão delas e estão à espera do segundo semestre de 2000.

(...) **A questão pela qual será lembrada a presidência portuguesa é aquela de que agora ninguém se quer lembrar ou falar: a questão austríaca**. Ela foi a única questão política relevante que o primeiro-ministro teve que defrontar, que não vinha de antes e que não era para resolver depois na presidência francesa, como se passou com as questões mais delicadas da Conferência Intergovernamental. É da sua inteira responsabilidade e **foi muito mal gerida**.

(...) **A Cimeira sobre o Emprego é um daqueles casos de ‘doubletalk’ orwelliano: sendo sobre o emprego, nada teve a ver com o desemprego** realmente existente - a sua intenção original - e **acabou por ser uma declaração pública de amor à Internet**. As suas conclusões são uma colecção de banalidades e lugares-comuns, que só impressionam os que não conhecem a matéria. As políticas que propõem são aquelas que já todos os Estados Membros tinham em curso, uns mais depressa, outros mais devagar, porque são empurradas por **evidências do mercado** e pela necessidade de competir na economia globalizada.

O problema de fundo — o do desemprego, da falta de competitividade da economia europeia face à americana, da insustentabilidade do chamado **‘modelo social europeu’** —, isso foi deixado intocado porque feria as sensibilidades políticas dos socialistas mais ortodoxos, ou porque, pura e simplesmente, mesmo apesar da habilidade do primeiro-ministro português, ninguém quer verdadeiramente tocar nas razões políticas de fundo que estão a deixar para trás a Europa.

Quanto à CIG, o mais complexo ‘dossier’ que cabia à presidência portuguesa continuar, para ser concluída pela francesa, **pouco se sabe e o que se sabe é preocupante**. Não sou eu que o digo, é o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

(...) O apoio do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao discurso de Fischer, as declarações do Ministro da Defesa e a campanha conduzida pelos jornalistas pró-governamentais — e quem sabe como estas coisas são feitas sabe muito bem de onde vêm algumas interpretações convenientes — apontam não para qualquer avançada ‘ideia’ da Europa, mas para a



muito "prestígio", fracos resultados

comezinha realidade de uma Europa a duas, quando não a três, velocidades”.



Presidência e água benta em tempo de balanço

(Vasco Graça Moura in *Expresso* 24.Jun)

“O balanço da presidência portuguesa da União Europeia começou a ser antecipado logo em Janeiro. Ainda nada tinha acontecido e já ela estava a ser óptima. Este registo foi mantido ao longo de seis meses e agora conclui-se que ela foi o máximo. Teria sido interessante fazer-se um exercício comparativo e ver qual ou quais as presidências que correram mal. Não há nenhuma.

(...) Um observador insuspeito como Mário Soares vê o aspecto mais positivo na capacidade de improviso

em várias línguas de Guterres e no seu conhecimento dos ‘dossiers’. Se, quanto a este último, Guterres não fez mais do que a sua obrigação, resta o improviso em várias línguas como pedra de toque, o que mostra bem como se fazem os êxitos de uma presidência.

Mas, se se preferir ver as coisas a partir de um outro ângulo, pode

dizer-se que a presidência portuguesa correu bem na precisa medida em que correu mal. Ter corrido mal quer dizer que não se fechou nenhum ‘dossier’ significativo, que não houve medidas estruturantes correctamente tomadas e que houve erros de palmatória. Descontados estes, foi uma presidência que não fez ondas.

O primeiro aspecto é óbvio: ressaltando o caso do princípio da harmonização tributária quanto às poupanças, a presidência portuguesa não fechou, nem contribuiu para que fosse fechado, nenhum ‘dossier’ significativo. Isto não é dizer que não trabalhou, mas apenas acentuar que, quando muito, fez o que as outras fizeram e não mais.

O segundo aspecto é claro: a cimeira do emprego foi um falhanço político na espiral do vazio retórico em que cozinhou e desenvolveu umas propostas espectrais que não levam a lado nenhum. A OCDE já

veio entretanto dizer que a Europa não pode ter uma economia digital que é específica dos Estados Unidos. Talvez se preste agora alguma atenção a isso, que na altura só algumas vozes clamantes no deserto explicaram.

(...) Por outro lado, ninguém consegue vislumbrar que é que a presidência portuguesa quer quanto à reforma institucional da União. A França sobrepôs-se a Portugal e tomou entretanto a liderança do processo. A presidência francesa já começou há muitas semanas, enquanto Blair e Aznar debitam umas vulgaridades, Gama aplaude Fischer, e Seixas da Costa esgota a sua inteligência e a sua competência no difícil malabarismo de não desautorizar os mansos equívocos de Guterres e do Ministro dos Negócios Estrangeiros. A nossa presidência mostra-se impotente para acautelar aspectos ligados à composição e ao funcionamento institucionais que seriam fundamentais para os interesses de Portugal”.



"...ao nível do melhor estilo do governo socialista"

(Carlos Coelho na Comissão das Liberdades Públicas)



O Deputado do PSD Carlos Coelho classificou a actuação da Presidência portuguesa nas áreas da Justiça e dos Assuntos Internos “ao nível do melhor estilo do governo socialista: bastante diálogo, muita simpatia mas fraca qualidade de execução”.

Carlos Coelho, em declarações aos jornalistas, no final da reunião da Comissão das Liberdades Públicas do Parlamento Europeu, que teve lugar em Bruxelas, para fazer a avaliação da Presidência portuguesa nos domínios da Justiça e dos Assuntos Internos e em que participaram os Ministros António Costa e Fernando Gomes, criticou ainda a Presidência e particularmente o Ministro Fernando Gomes sobre a gestão dos dossiers Echelon e Schengen.

Sobre o caso Echelon - sistema de interceptação de telecomunicações liderado pelos Estados Unidos - Carlos Coelho lamentou “a superficialidade das conclusões do Conselho e apelou a uma maior colaboração com a Comissão Especial que o Parlamento vai constituir, já no próximo mês de Julho”.

Sobre o dossier Schengen, que considera “essencial para a livre circulação dos cidadãos europeus no espaço comunitário”, Carlos Coelho lamentou “não ter sido possível a Presidência portuguesa publicar o acervo de Schengen, na sequência da decisão que o Conselho tomou há já mais de um ano, mas que tarda em cumprir”.

Presidência portuguesa: "algo está a correr mal"

Pacheco Pereira, Vice-Presidente do Parlamento Europeu, afirmou em Estrasburgo que “na fase final da Presidência portuguesa ninguém se coíbe de vir a público dizer o que pensa, nem sequer o M.N.E. do próximo país que vai exercer a Presidência, o que é um sinal claro que alguma coisa está a correr mal nas negociações propriamente ditas. Sabemos a posição de todos, não sabemos a da Presidência.

Por isso esperamos, acrescentou o Deputado do PSD, que nos diga se existe um plano, um projecto, um avanço, uma herança a deixar à Presidência francesa, como sinal de que, sendo embora suposto que esta encerre os trabalhos, algo existe para além da movimentação dos “eixos” para apresentar no próximo Conselho Europeu”.

Para Pacheco Pereira “com a realização do Conselho Europeu na Feira encerrar-se-á a Presidência portuguesa da U.E. Como português e como europeu, ninguém deseja mais que esse Conselho tenha resultados positivos, que façam avançar a Europa e mostrem o mérito das presidências rotativas por todos os países da União, seja qual for o seu peso demográfico, económico e político. É esse o espírito da União e é só com esse espírito que a Europa pode continuar unida: não há países nem povos de primeira, nem de segunda – todos são iguais na União, nos seus direitos e deveres.

É por isso que, como português e europeu, **só se pode ter grandes expectativas para o Conselho Europeu**, para que ele não seja apenas uma obrigação de calendário e um compasso de transição”.


Pacheco Pereira formulou “duas esperanças, que são também exigências, obrigações, deveres, para a avaliação que se fará da Presidência portuguesa da U.E.

1) Esperamos que no Conselho Europeu da Feira se ponha definitivamente termo à questão austríaca.

Toda esta questão permanecerá como uma sombra sobre a Presidência portuguesa da U.E. Não compreendemos como é que o Presidente do Conselho em exercício permitiu a confusão entre o seu lugar institucional de Presidente da U.E. com o de portavoza das decisões bilaterais de 14 Estados da U.E.

contra um. Se há um responsável das instituições europeias que, em nome dos princípios da U.E., do cumprimento da legalidade dos tratados e das normas de convívio entre as nações democráticas, nunca deveria ter permitido esta confusão, esse responsável era o Presidente da União. Não o fez e fez mal. **Agora há que remediar o que podia ter sido evitado.**

Por isso, a Presidência portuguesa assumiu uma responsabilidade particular nesta questão, ao permitir a sobreposição das relações bilaterais entre Estados à colegialidade das decisões da U.E. Em nome dessa responsabilidade espera-se agora que **a presidência portuguesa encerre com dignidade uma ferida que nunca devia ter sido aberta dentro da U.E.** e que evite a manutenção de uma atitude de hostilidade para com um par entre pares, que não violou nenhuma regra. Ninguém tenha dúvidas que quanto mais tempo demorar, mais difícil esta questão será de resolver e acabará por ser uma doença dentro da União.



Fala-se dum eixo Paris-Bona, dum eixo Madrid-Londres, não se fala de nenhum eixo Lisboa-Europa...

2) Esperamos que o Conselho Europeu da Feira deixe um plano, uma ideia, um projecto para a Europa para a próxima CIG, e que se perceba que a Presidência portuguesa deixou aí uma marca significativa. Não basta um relatório, uma acta.

Para fazer relatórios e actas sintetizando posições não são precisos ministros, basta funcionários que assistam às reuniões.

Sabemos que os trabalhos da CIG são para ser encerrados pela Presidência francesa no final deste ano. Mas nada seria mais justificado que existissem desde já ideias e projectos conhecidos, e que tivessem a marca da actual Presidência.

A ideia de que tudo é para decidir no último minuto parece demasiado a justificação de uma política de facto consumado, e isso deve ser liminarmente recusado”.

Para o Deputado social democrata “isto é tanto mais preocupante quanto tudo e todos já estão em público a discutir, sem se perceber com clareza se essas discussões são formas de pressão ou debates académicos. Fala-se de um eixo “Paris-Bona”, de um eixo “Madrid-Londres” e, não sei se por boas ou más razões, não se fala de nenhum eixo “Lisboa-Europa” como convinha a um país que detém a Presidência”.



Carlos Coelho quer mais atenção para as vítimas de crimes

Carlos Coelho defendeu que **“é urgente que nos preocupemos com as pessoas mais atingidas com o crime e que são as suas vítimas.**

*Qualquer que seja a vítima, não poderemos permitir que o seja **duplamente**, primeiro de um crime e depois de um sistema”.*

Carlos Coelho, que usava da palavra no Plenário do Parlamento Europeu, sobre as vítimas da criminalidade na União Europeia, referiu que *“os poderes públicos, quando abordam estas questões, é costume preocuparem-se mais com os aspectos da dissuasão e da segurança; com a prevenção da criminalidade, a aprovação das molduras penais e a acção das forças policiais e do aparelho judicial”.*

Para Carlos Coelho *“há que garantir uma adequada protecção às vítimas de crimes no espaço da nossa União, em que é fundamental que se garanta também uma igualdade de tratamento dessas vítimas num tribunal e/ou junto da administração, bem como o desenvolvimento de meios activos de apoio”.*

*“É essencial, considera o Deputado português, que existam normas mínimas sobre a protecção das vítimas da criminalidade e que assegurem em toda a União Europeia um nível adequado de assistência jurídica nos processos transfronteiras e que deverão incidir sobre questões como: **o acesso à justiça, a protecção e efectivação dos direitos das vítimas no processo, o direito das vítimas a indemnização por perdas e danos, incluindo custas de justiça**”.*



...e normas comuns na Política de Asilo

Carlos Coelho defendeu *“normas comuns”* relativamente aos pedidos de asilo nos vários Estados Membros da União Europeia.

Para Carlos Coelho *“o desaparecimento das fronteiras internas e a criação do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça obrigam-nos a um esforço de aproximação relativamente às políticas de asilo bem como às da imigração e do reforço do controlo nas fronteiras externas.*

Uma abordagem séria deste problema, defende Carlos Coelho, obriga-nos a estabelecer uma distinção

rigorosa entre a entrada de requerentes de asilo, na aceção da Convenção de Genebra relativa ao Estatuto dos refugiados, a entrada de imigrantes por razões de índole económica ou outras e o acolhimento provisório de refugiados oriundos de regiões em crise, todas elas situações diferentes que merecem um tratamento autónomo”.

Carlos Coelho considera *“essencial que se adoptem normas comuns em relação ao acolhimento de requerentes de asilo (com destaque para os instrumentos de auxílio, o alojamento e a assistência médica), aos requisitos a cumprir para a obtenção do estatuto de refugiado e ao processo de concessão ou de recusa desse estatuto (em que se deverá evitar que sejam introduzidos simultaneamente pedidos de asilo em vários Estados Membros. E deverão ser estabelecidas garantias mínimas a dar ao requerente de asilo durante a análise do seu pedido, ou em relação ao direito de recurso, ou no caso de expulsão)”.*

Carlos Coelho considera que *“é também necessário reforçar a luta contra a imigração clandestina e garantir a protecção dos direitos das vítimas de redes criminosas (que estão por detrás deste tipo de imigração), dando uma atenção especial à situação das mulheres e das crianças”.*



Costa Neves sobre a revisão do POSEIMA

O Deputado do PSD Carlos Costa Neves interrogou o Presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, sobre o processo de revisão do POSEIMA - Programa de Opções Específicas para a Madeira e Açores.

*“No pressuposto de que os serviços da Comissão estão a proceder à preparação da revisão do POSEIMA”, Costa Neves pretende que a Comissão Europeia informe se **“em alguma fase do processo de revisão, foi ou será assegurada a consulta ou a participação do Governo português e dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira”.***

Costa Neves pretende saber ainda se *“foi ou será assegurada a consulta ou a participação dos parceiros sociais, nomeadamente das organizações representativas dos agricultores e se alguma das entidades referidas apresentou à Comissão propostas concretas de medidas a lançar, a alterar ou a revogar”.*

Por fim, o Deputado açoreano interroga a Comissão sobre *“quando conta concluir o processo de revisão”.*

Poesia portuguesa no P.E.

No passado dia 13 de Junho, nas instalações do Parlamento Europeu em Estrasburgo, realizou-se um “Café Literário” com poemas de Manuel Alegre, Pedro Tamen e Vasco Graça Moura.

Esta iniciativa, que teve como pretexto a presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, contou com a presença de muitos Deputados e agentes das instituições comunitárias.

Universidades portuguesas no PE

A Fundação das Universidades Portuguesas, promoveu no Parlamento Europeu em Bruxelas, uma apresentação de todas as instituições universitárias públicas. A iniciativa, intitulada “**As universidades portuguesas rumo ao terceiro milénio**”, foi apoiada pelos Deputados portugueses de todos os grupos políticos e teve como objectivo “*dar a conhecer às instituições comunitárias as infra-estruturas académicas e científicas que existem em Portugal*”.

O Vice-Presidente do Parlamento Europeu, Dr. José Pacheco Pereira, usando da palavra em nome da presidência do Parlamento, deu as boas-vindas aos representantes da academia portuguesa, desejando-lhes uma sessão frutuosa.

A apresentação foi conduzida pelo Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, Prof. Júlio Pedrosa e pelo Secretário de Estado do Ensino Superior.

Os Deputados do PSD

José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371

Fax: (32.2) 28.49371

e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraça@europarl.eu.int

Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail: ACunha@europarl.eu.int

Carlos Costa Neves

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

CCostaNeves@europarl.eu.int

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448

Fax: (32.2) 28.49448

e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

Fernando Reis

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: FReis@europarl.eu.int



71% dos europeus consideram que o desenvolvimento económico deve ser acompanhado da protecção do ambiente. (*Eurobarómetro*)



68% consideram que as emissões de produtos químicos perigosos das fábricas para o ar e para a água são a principal agressão ao ambiente.



88% apoiam o endurecimento das medidas legislativas que permitam punir as empresas que poluem o ambiente.

CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: **Carlos Miguel Coelho** Redacção: **José Luis Fernandes e Sandra Nunes**

Ilustrações: **Júlio Pisa**

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551